

---

## **CHAMADA DE PESQUISADORES**

### **PROJETOS DE PESQUISAS TEMÁTICOS 2017/2018**

O Núcleo de Justiça e Constituição (NJC), da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), convida os(as) alunos(as) da FGV Direito SP e os(as) alunos(as) e ex-alunos(as) da Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público **a participarem das atividades de pesquisas do NJC.**

O NJC tem, entre as suas atividades, a realização de pesquisas temáticas durante um semestre, e que têm como resultado final a produção, ao menos, de um artigo acadêmico e um relatório de pesquisa.

Para além de diversificar a produção do NJC, essa atividade tem como principal função ampliar a interação dos alunos e alunas dos diversos programas da Direito SP com o Núcleo, por meio da inserção de novos participantes.

#### **SOBRE O NJC**

O Núcleo de Justiça e Constituição (NJC) da FGV Direito SP foi criado em 2010 com o objetivo de ser um centro de pesquisas, estudos e debates sobre a relação entre Justiça, Constituição e democracia. Desta forma, o objetivo do NJC é a disponibilização de um espaço para debate, aperfeiçoamento e pesquisa acadêmica sobre funções do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito.

O NJC segue a grande linha de pesquisa do Mestrado Acadêmico da FGV Direito SP, que concentra estudos sobre Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social. Partindo-se do pressuposto de que o Direito constitui um conjunto de normas e instituições que condicionam o comportamento dos diversos atores sociais e que podem favorecer ou criar obstáculos para o desenvolvimento econômico, político e social de um país, o objetivo específico desta linha de pesquisa é compreender o papel das instituições do Estado de Direito na concretização dos direitos e das políticas públicas. São abrangidos estudos pautados nos principais debates da teoria constitucional, o desempenho das instituições do Estado Democrático de Direito, bem como estudos sobre o papel dos direitos fundamentais na

sociedade contemporânea, com vistas a compreender a gramática dos direitos e suas regras de funcionamento.

Em razão de suas funções e objetivos, o NJC é um espaço aberto para aqueles que queiram participar das atividades regulares e especiais do grupo.

## 1. PROJETOS DE PESQUISA TEMÁTICOS

As vagas são limitadas, e cada projeto de pesquisa selecionará **até 3 pesquisadores**.

TEMA	PROPOSTA
<b>A REPERCUSSÃO GERAL E OS GRANDES LITIGANTES DO JUDICIÁRIO</b>	Verificar se, de fato, o litigante habitual tem saído vencedor dos processos submetidos à Repercussão Geral e se os desfechos obtidos diferem das decisões anteriores à fixação das teses. Em outras palavras, busca-se avaliar se a tendência jurisprudencial é alterada quando da Repercussão Geral ou se a fixação da tese confirma aquilo que vinha sendo decidido pelos tribunais. Dessa forma, os dados recolhidos permitiriam observar se a sistemática da Repercussão Geral é vantajosa ou não ao grande litigante.
<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE MEDIDAS PROVISÓRIAS ANTES DA EC. 32 DE 2001</b>	Descrever as nuances e analisar os argumentos do STF no controle de constitucionalidade de Medida Provisória até 2001.
<b>CONTROLE PREVENTIVO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)</b>	Tentar compreender como é feito o controle de constitucionalidade de emendas constitucionais pelo Poder Legislativo, mais precisamente, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
<b>MUDANÇA DE VOTO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE COALIZÕES EVENTUAIS NO STF</b>	Pretende se debruçar sobre a formação de coalizões eventuais que se desenvolvem no andamento do caso <i>sub judice</i> . Pretende-se analisar o movimento de mudança de votos dos Ministros, durante o julgamento, para verificar de que forma eles modificam seus entendimentos para integrar grupos de votação. Com isso, é possível verificar e mapear exatamente em que circunstâncias essas mudanças de votos ocorrem e buscar testar a hipótese de que elas decorrem de um comportamento estratégico dos Ministros.

<p><b>O PROCESSO DE INDICAÇÃO E SABATINA DOS MINISTROS DO STF NA MÍDIA: UM MAPEAMENTO DOS DISCURSOS DOS JORNAIS ESTADO, FOLHA DE S. PAULO E VALOR ECONÔMICO</b></p>	<p>Mapear os discursos da mídia durante o período de indicação e sabatina dos ministros do STF, com o intuito de perceber como os jornais Folha, Estado e Valor Econômico noticiaram esse processo e se houve diferença na cobertura dos veículos de acordo com a origem, gênero e trajetória do candidato. A análise, a princípio, focará em uma perspectiva descritiva, na qual se buscará retratar a maneira como a imprensa acompanhou esses processos.</p>
<p><b>O STF NO CONTROLE DE ATOS PARLAMENTARES INTERNA CORPORIS</b></p>	<p>O objetivo deste projeto de pesquisa é (1º) analisar o que é ato interna corporis do Poder Legislativo para o STF; (2º) identificar quais atos do Poder Legislativo estão abrangidos por essa categoria de atos interna corporis concebida pelo STF; (3º) verificar como o STF vem julgando os casos, analisando se há coerência entre suas decisões, ou seja, se há critérios em sua jurisprudência que definam quando um ato é, ou não, interna corporis, e se vem observando a sua própria jurisprudência. Trata-se da atualização da pesquisa “O STF no controle dos atos parlamentares interna corporis”, realizada no âmbito da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). Portanto, o marco temporal da pesquisa será de 2012 (2º semestre) para frente.</p>
<p><b>PARA ALÉM DOS RESULTADOS: UMA ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO NO STF EM CASOS ENVOLVENDO DIREITOS DE MINORIAS SOCIAIS</b></p>	<p>Examinar casos envolvendo esses direitos que tenham chegado ao STF, a fim de descobrir como a fundamentação dos ministros e ministras incorpora essa luta por direitos e perceber se, ainda que o resultado seja tido para muitos como uma vitória, há casos em que a argumentação não é condizente com a defesa desses direitos. Uma ilustração possível para essa forma de argumentação não condizente é o reconhecimento de direitos de mulheres com base em argumentos religiosos ou relacionados à atribuição da fragilidade ao gênero feminino.</p>
<p><b>SENTIDOS POLÍTICOS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA NO REGIME AUTORITÁRIO (1964-1988)</b></p>	<p>Descrever e analisar o controle abstrato de constitucionalidade realizado pelo STF por meio da Representação de Constitucionalidade.</p>

Para acessar os projetos de pesquisa basta clicar no título do tema de cada pesquisa, ou acessar o link: <https://www.dropbox.com/sh/kvvyfys6e2wb872g/AAA-6LrkjpWIEAiNSxmrBgF-a?dl=0>

## **2. PERÍODO DE INSCRIÇÃO**

De 20 de setembro de 2017 a 26 de setembro de 2017.

Deve ser enviado um e-mail para: [nikolay.bispo@fgv.br](mailto:nikolay.bispo@fgv.br) , contendo: **(1) indicação de até dois projetos de pesquisa** que tenha interesse em participar, **(2) carta de motivos** (de uma página no máximo) e **(3) breve currículo** (instituição de ensino, semestre e atividades de pesquisa que eventualmente tenha participado).

## **3. PERÍODO DE ENTREVISTA**

Após a seleção prévia, os pré-selecionados irão passar por entrevistas com os pesquisadores responsáveis e a coordenação do NJC, que ocorrerá entre os dias **27 DE SETEMBRO E 6 DE OUTUBRO**.

## **4. RESULTADO**

O resultado da seleção será divulgado por e-mail no dia **10 de outubro de 2017**.

## **5. DURAÇÃO DO PROJETO**

A atividade de pesquisa terá duração de 6 meses na modalidade voluntária.

## **6. DÚVIDAS**

Enviar e-mail para [nikolay.bispo@fgv.br](mailto:nikolay.bispo@fgv.br)